



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROJETO DE LEI 430/2015 DE 19/08/2015

Promovente:

Ver. ARSELINO TATTO (PT)
Ver. PAULO FIORILO (PT)
Ver. ANTONIO DONATO (PT)
Ver. SENIVAL MOURA (PT)
Ver. ALFREDINHO (PT)
Ver. JULIANA CARDOSO (PT)
Ver. REIS (PT)
Ver. VAVÁ (PT)
Ver. ALESSANDRO GUEDES (PT)
Ver. JAIR TATTO (PT)

Ementa:

DENOMINA PRAÇA IARA IAVELBERG, A ATUAL PRAÇA GENERAL MILTON TAVARES DE SOUZA, NO BAIRRO DO PARQUE NOVO MUNDO.

Observações:

Arquivado em ____/____/____

Chefe de Seção



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 01 do proc
Nº 01-430 de 15
Adelina Cicoria - Ass. Parlamentar
RF 100.406

PROJETO DE LEI Nº

/2015.

10

“Denomina Praça Iara Iavelberg, a atual
Praça General Milton Tavares de
Souza, no Bairro do Parque Novo
Mundo.”

PL

430/2015

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Praça Iara Iavelberg, a atual Praça General Milton Tavares de Souza, situada no bairro do Parque Novo Mundo.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Às Comissões competentes.

Juliana Cardoso

Vereadora Líder do PT

Alessandro Guedes
Vereador PT

Alfredinho
Vereador PT

Arselino Tatto
Vereador PT

Antônio Donato
Vereador PT

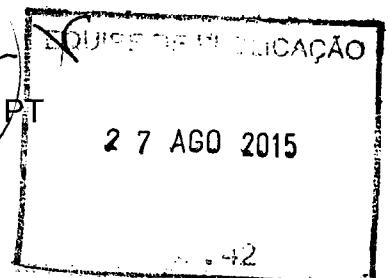
Jair Tatto
Vereador PT

Paulo Righilo
Vereador PT

Reis
Vereador PT

Senival Moura
Vereador PT

Vava
Vereador PT



Segue(m) juntado(s), nesta data,

documento(s) juntado(s) sob nº

01 a 14

de Informação

sob nº 15

28 / 8 / 15

Ass: _____



Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



Justificativa

Este Projeto de Lei propõe a alteração da denominação da atual Praça General Milton Tavares de Sousa, no Parque Novo Mundo, que homenageia um General que atuou fortemente durante a ditadura militar, para Praça Iara Iavelberg, uma paulistana de descendência judaica, ativista defensora do feminismo e da justiça social, que lutou bravamente contra o regime militar, do qual foi vítima e assassinada em 1971.

A alteração proposta encontra respaldo na Lei nº 14.454/2007, com alterações da Lei nº 15.717/2013, que incluiu nova hipótese de alteração de denominação de vias e logradouros públicos, qual seja: quando se tratar de denominação referente à autoridade que tenha cometido crime de lesa-humanidade ou graves violações de direitos humanos.

Milton Tavares de Souza foi um general brasileiro, nascido em Niterói em 17/02/1917, diretor do Centro de Informações do Exército (CIE), durante o governo Médici. **Nessa função, foi responsável pela política de eliminação física dos inimigos do regime.** Em 1969, tornou-se também responsável pela organização dos DOI-Codi em todo o Brasil, e das operações Bandeirante e Marajoara – esta última preparou o terreno para o desmantelamento da Guerrilha do Araguaia. Faleceu em 1981.

Em abril de 1980 o General comandou as operações policiais de repressão à greve dos metalúrgicos do ABC paulista e foi acusado de estar envolvido nos atentados terroristas de direita desencadeados a partir de janeiro daquele ano.

Em São Paulo havia um viaduto no distrito da Penha como seu nome, porém esta denominação foi alterada no ano de 2007 para Viaduto Domingos Franciulli Netto.

O General também teve seu nome atribuído a um trecho da Rodovia SP-332, que liga Campinas a Conchal no Estado de São Paulo, cuja denominação foi removida e alterada pela Lei Estadual nº 14.15/2010.

O nome do General consta no site “Memórias da Ditadura” como um dos ícones da violência nos tempos de repressão, merecendo destaque citação a seu respeito no site www.memoriasdadtadura.org.br, em trecho do livro: “A Ditadura derrotada”, de Elio Gaspari, publicado em resenha: “Ao defender a permanência de Miltinho [Milton Tavares] na chefia do CIE, é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio.”

Não há como manter uma homenagem a um símbolo do regime repressor.

Neste sentido vem sendo a atuação da Prefeitura de São Paulo com o recente lançamento do Programa “Ruas de Memória” que tem por objetivo promover a alteração dos nomes de ruas, pontes, viadutos, praças e demais logradouros



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 03 do proc
Nº 01-430 de 15
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF 103.406

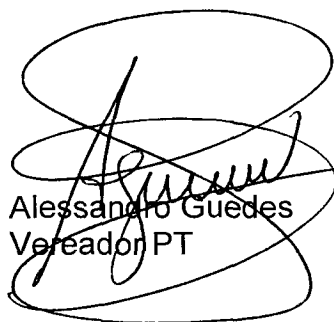
públicos que homenageiam pessoas vinculadas à repressão do regime militar e ressignificá-los com o nome daqueles que lutaram pela democracia, liberdade e direitos humanos.

O novo nome proposto para a praça é de Iara Lavelberg, psicóloga, docente e militante. Filha de uma tradicional família judia de São Paulo, casou-se aos 16 anos. Três anos depois, já mostrando seu perfil libertário e feminista, desafiou as tradições e se separou. Iniciou-se na política no movimento estudantil, em 1963, ao entrar na Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), cujo centro acadêmico hoje leva seu nome.

Militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na VAR-Palmares e, finalmente, no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ao qual ingressou junto a seu companheiro, Carlos Lamarca, tornando-se um reconhecido quadro intelectual do movimento de esquerda do país.

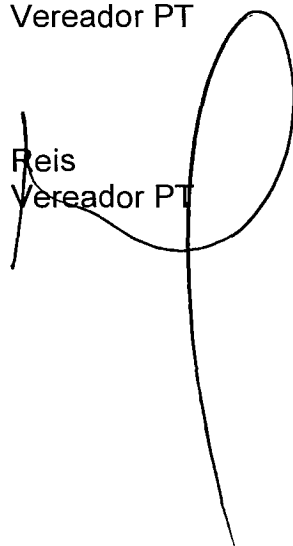
Apesar do regime ditatorial dar a versão oficial de que se suicidou, após anos de luta dos seus familiares, foi constatado oficialmente seu assassinato por agentes do Estado, porém sua mãe que viveu longo tempo os pesares da morte de Iara, morreu sem conhecer a verdade (biografia extraída do site www.memoriasdaditadura.org.br).

Diante de todo o exposto pedimos aos nobres pares apoio para aprovação deste projeto de lei.



Alessandro Guedes
Vereador PT

Antonio Donato
Vereador PT



Reis
Vereador PT



Juliana Cardoso
Vereadora Líder do PT



Alfredinho
Vereador PT



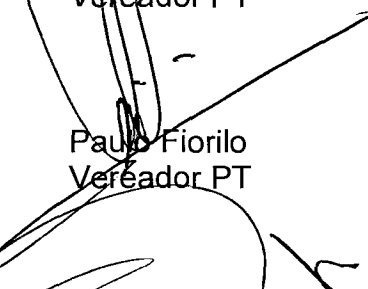
Jair Tatto
Vereador PT



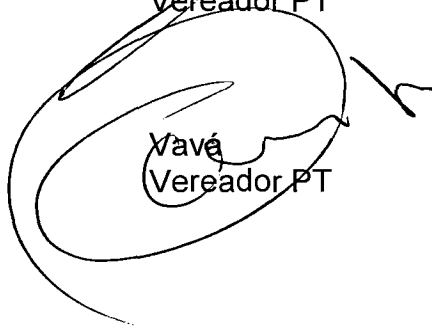
Senival Moura
Vereador PT



Arselino Tatto
Vereador PT



Paulo Fiorilo
Vereador PT



Yavá
Vereador PT

Biografia de Milton Tavares de Souza

Milton Tavares de Souza, nasceu em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, no dia 17 de fevereiro de 1917. Era casado com Zilmar Guimarães de Sousa, com quem teve três filhos.

Militar de alta patente foi combatente na Segunda Guerra Mundial e quando foi deflagrado o movimento político-militar de 31 de março de 1964 servia no Estado-Maior do Exército (EME), um dos centros da conspiração contra o governo de João Goulart. Pouco tempo depois, em agosto desse mesmo ano, foi promovido a coronel e, nesse posto, assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria (RI) em São Gonçalo (RJ).

Promovido a general de brigada em novembro de 1969, no início do governo do general Emílio Médici, assumiu em seguida a chefia do Centro de Informações do Exército (CIEEx), cargo que acumulou a partir de 1970 com o de oficial de gabinete do ministro do Exército, na época o general Orlando Geisel.

Foi diretor do Centro de Informações do Exército durante o governo Médici. Nessa função, foi responsável pela política de eliminação física dos inimigos do regime. Foi ainda responsável em 1969 pela organização dos DOI-CODI em todo o Brasil e das operações Bandeirantes e Marajoara, que prepararam o terreno para os desmantelamento da Guerrilha do Araguaia.

Em abril de 1980 comandou as operações policiais de repressão à greve dos metalúrgicos do ABC paulista e, por ocasião da prisão de dirigentes sindicais envolvidos no episódio. Ainda em meados de 1980, foi acusado de estar envolvido nos atentados terroristas de direita desencadeados a partir de janeiro daquele ano.

Faleceu em São Paulo, no exercício de suas funções como comandante do II Exército, no dia 21 de junho de 1981.

No ano de sua morte, o trecho da rodovia SP-332 que vai de Campinas a Conchal recebeu seu nome através do Decreto estadual 17.328/1981, denominação removida quase três décadas depois pela Lei estadual 14.115/2010.

Folha nº	05	do proc
Nº	01-420	de 15

Na cidade de São Paulo o viaduto no Distrito da Penha recebeu seu nome por meio do ~~Parlamentar~~ Decreto nº18.170 de 02 de setembro de 1982, o qual foi revogado passando o Viaduto a denominar-se Domingos Franciulli Netto.

RF 100 406

Folha nº	06	do proc
Nº	01-430	de 15
Adelina Cicero - Ass. Parlamentar		
RF 100.406		

MEMÓ
RIAS
DA
DITA
DURA

(<http://memoriasdaditadura.org.br>)



IARA IAVELBERG

f **FACEBOOK** ([https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?](https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-iavelberg/)

[U=HTTP://MEMORIASDADITADURA.ORG.BR/BIOGRAFIAS-DA-RESISTENCIA/IARA-IAVELBERG/](http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-iavelberg/))

t **TWITTER** ([https://twitter.com/share?](https://twitter.com/share?via=memoriaditadura&text=Iara%20Iavelberg&url=http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-iavelberg/)

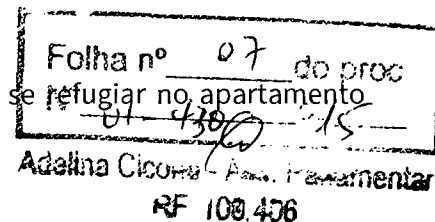
[VIA=MEMORIADITADURA&TEXT=IARA%20IAVELBERG&URL=HTTP://MEMORIASDADITADURA.ORG.BR/BIOGRAFIAS-DA-RESISTENCIA/IARA-IAVELBERG/](https://twitter.com/share?via=memoriaditadura&text=Iara%20Iavelberg&url=http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-iavelberg/))

Iara Iavelberg foi psicóloga, docente e militante. Filha de uma tradicional família judia de São Paulo, casou-se aos 16 anos. Três anos depois, já mostrando seu perfil libertário e feminista, desafiou as tradições e se separou. Iniciou-se na política no movimento estudantil, em 1963, ao entrar na Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), cujo centro acadêmico hoje leva seu nome.

Militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na VAR-Palmares e, finalmente, no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ao qual ingressou junto a seu companheiro, Carlos Lamarca. Iara e Lamarca se conheceram em abril de 1969, dois meses após a deserção do ex-capitão. O casal era um dos mais buscados pela ditadura militar, com fotos espalhadas por todo o país.

Após passarem alguns meses no Rio de Janeiro, ambos foram à Bahia. Lamarca foi mandado para o sertão e Iara para a capital. Em agosto de 1971, policiais cercaram o apartamento onde a militante estava

escondida, no bairro de Pituba, junto a outros militantes. lara conseguiu se refugiar no apartamento vizinho, mas posteriormente foi encurralada pela polícia.



Na versão do regime militar, lara deu um tiro contra o próprio peito quando se viu diante da impossibilidade de fugir. O laudo – que posteriormente desapareceu – foi assinado pelo legista Charles Pittex e o corpo foi entregue à família apenas um mês após sua morte. Seguindo as tradições judaicas, lara foi enterrada em uma área específica do cemitério destinada a suicidas, com os pés voltados para a lápide, tradição entendida como uma desonra.

A teoria de suicídio, entretanto, nunca convenceu a família, incluindo seus dois irmãos, Samuel e Raul, também militantes. Após uma longa batalha a família pôde, em 2003, reiniciar um processo de investigação e realizar uma exumação do corpo de lara. O legista Daniel Muñoz concluiu que a morte de lara por suicídio era “improvável” e seu corpo foi finalmente retirado da ala de suicidas do cemitério israelita. Mariana Pamplona, sobrinha de lara, roteirizou o documentário *Em busca de lara*, no qual, além de um perfil da tia, busca desvendar as circunstâncias de sua morte.

TRAILER DO DOCUMENTÁRIO EM BUSCA DE IARA

"Em busca lara" - trailer oficial



COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA” TRATA DO CASO IARA IAVELBERG

Comissão da Verdade trata do caso lara lavelberg - Parte 1

Folha nº 08	do proc
Nº 01-430	do 15
Adelina C. de A. P. de A.	
RF 108.456	



MATÉRIA DA TV ALESP SOBRE A AUDIÊNCIA DO CASO IARA

Audiência da Comissão da Verdade trata do caso Iara Iavelberg



LINKS

[A dolorosa busca da verdade \(http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR60268-6014,00.html\)](http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR60268-6014,00.html)

[Iara Iavelberg terá túmulo fora da ala dos suicidas \(http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0906200618.htm\)](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0906200618.htm)

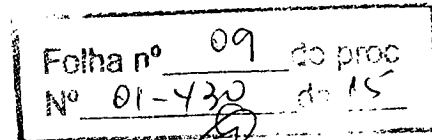
[Comissão da Verdade do Estado de São Paulo \(http://www.comissaodaverdade.org.br/caso_integra.php?id=6\)](http://www.comissaodaverdade.org.br/caso_integra.php?id=6)

[Documentário desmonta tese oficial de suicídio de Iara Iavelberg \(http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2014/03/documentario-desmonta-tese-oficial-de-suicidio-de-iara-iavelberg-1741.html\)](http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2014/03/documentario-desmonta-tese-oficial-de-suicidio-de-iara-iavelberg-1741.html)

[Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg \[PDF\] \(http://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf\)](http://adusp.org.br/files/revistas/55/mat06.pdf)

GALERIA DE IMAGENS

FRASES



Adelina Cicero - Adv. Parlamentar

"Para nossa família, o processo era uma questão mais política do que religiosa. Queríamos fazer um resgate histórico da figura de Iara, uma mulher forte que decidiu ser guerrilheira para lutar por um país melhor e mais justo", Mariana Pamplona, sobrinha e roteirista de Em Busca de Iara.

"O nosso amor é uma realidade que veio sendo transformada – hoje atinge um nível nunca por mim sonhado, mas vamos continuar transformando. Sonho com ele numa fazenda coletiva – juro não ser ciumento e lutar junto contigo pela tua liberdade – e vou te amar mais intensamente, isto é possível, sinto que é. Nosso amor não está isolado na realização de nós dois, nem nos milhares de filhos que teremos, ele nasceu e estará umbilicalmente ligado à Revolução e construção do Socialismo", trecho de carta de Lamarca a Iara.

BIOGRAFIAS DA RESISTÊNCIA

SELECIONE O BIOGRAFADO



Busca

sobre (<http://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto/>) créditos (<http://memoriasdaditadura.org.br/creditos/>)

links (<http://memoriasdaditadura.org.br/links/>) contato (<http://memoriasdaditadura.org.br/entre-em-contato/>)

termos de uso (<http://memoriasdaditadura.org.br/termos-de-uso/>)



(<http://vladimirherzog.org/>)



(<http://www.pnud.org.br/>)

Secretaria de
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAZ E JUSTIÇA

(<http://www.sdh.gov.br/>)

🐦 (<https://twitter.com/memoriaditadura>) f (<https://www.facebook.com/memoriaditadura>)

✉ (<mailto:contato@memoriasdaditadura.org.br>)

Busca

Verdade. "Nós precisamos fazer todas as ações para avançar no sentido de sempre garantir a democracia. Não podemos permitir que a nossa democracia seja quebrada por quem não queira respeitá-la", completou Eduardo Suplicy, secretário municipal de Direitos Humanos.

O programa "Ruas de Memória" segue a linha de recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e a recomendação 29 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014. O programa parte da compreensão de que, além das graves violações a direitos individuais e coletivos, a ditadura militar também interferiu opressivamente no espaço público, a fim de conter possíveis focos de resistência, proibindo reuniões e manifestações políticas. Na mesma linha, logradouros e equipamentos públicos foram nomeados em homenagem a agentes oficiais e civis que apoiaram a política autoritária e que cometeram crimes de lesa-humanidade, enaltecendo símbolos da repressão e fomentando valores antidemocráticos como referências às novas gerações que circulam diariamente na cidade.

"A gente acredita que para além da mudança do nome da rua, é importante que esses locais voltem a ser o local do encontro, local onde as pessoas possam dialogar e exercer a sua cidadania", destacou Carla Borges, durante a apresentação das diretrizes do programa.

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que investigou os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante o regime militar (1964-1985), foram apontadas 434 mortes e desaparecimentos de vítimas diretas da repressão. Entre essas pessoas, 210 são desaparecidas e suas famílias sequer puderam sepultá-las.

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Antonio Donato, afirmou que o programa deverá repercutir na casa legislativa da capital. "Esse debate já existiu na Câmara por iniciativa de vereadores, mas quando o Executivo entra e pauta essa discussão, ela ganha outra qualidade. É importante que a gente enfrente o debate, pois só assim derrotaremos forças obscurantistas. E este é um debate fundamental, porque diz respeito a valores profundos para quem quer construir uma nação democrática. A exemplo de outros países que saíram de períodos ditatoriais e fizeram esse processo de [troca de] nomes, este é um processo de muito simbolismo e de valorização do debate democrático", disse.

Durante o seu discurso, Donato citou a ponte 25 de Abril, localizada sobre o rio Tejo, em Lisboa, Portugal, antes denominada Ponte Salazar, em referência a Antônio de Oliveira Salazar, ditador português. A data que hoje dá nome à ponte diz respeito à Revolução dos Cravos, movimento social que em 1974 depôs o regime ditatorial que existia desde 1933 e, em grande parte, sob o controle de Salazar.

Homenagem a Therezinha Zerbini

Therezinha de Godoy Zerbini nasceu em São Paulo, no dia 16 de abril de 1928. Foi ativista de direitos humanos, fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975 e que é considerado um dos marcos da luta pela redemocratização e pela promulgação da Lei da Anistia. Therezinha foi casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, um dos poucos generais a assumir posição legalista, contrária ao golpe de 1964. Ele teve os direitos políticos cassados e foi reformado do Exército por causa de sua decisão. Therezinha foi indiciada em dezembro de 1969, após conseguir um sítio de um amigo em Ibiúna (SP) para a realização de um congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Enquadrada na Lei de Segurança Nacional, foi presa em fevereiro de 1970 e ficou detida por oito meses – seis deles no presídio Tiradentes, na capital paulista. Após o regime militar, Therezinha ajudou na refundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, depois, a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao lado de Lionel Brizola. Ela morreu em 14 de março deste ano, aos 87 anos. Em maio do ano passado, a ativista foi homenageada pela Prefeitura ainda em vida.

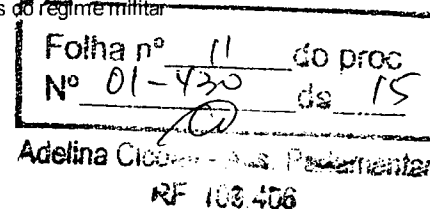
Outras ações

A criação do programa "Ruas de Memória" é apenas mais uma entre as iniciativas tomadas pela Prefeitura de São Paulo, desde 2013, para preservação, resgate e reparação das memórias de vítimas do regime militar. Em setembro do ano passado, o prefeito Fernando Haddad instalou a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, que tem o objetivo de esclarecer o papel desempenhado pela administração da capital e agentes públicos municipais no período de 1964 a 1988, garantindo assim o direito da população à memória e à verdade. A cidade de São Paulo foi palco de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura. As investigações estão apurando indícios de perseguição e demissão de funcionários por motivação política, a ocultação de pessoas em cemitérios públicos municipais e a censura e repressão a educadores da rede pública municipal, entre outras frentes.

Em dezembro de 2014, a cidade de São Paulo ganhou um monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos durante os 21 anos de regime militar, que está instalado na entrada do Parque Ibirapuera, na zona sul. Com seis metros de altura por 12 metros de comprimento, a obra desenhada pelo arquiteto Ricardo Ohtake é formada por chapas brancas e uniformes com os nomes de 436 pessoas de todo o país vítimas da ditadura. Outras chapas disformes representam as diferentes trajetórias dos resistentes.

Em março do mesmo ano, o município firmou parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para trazer mais informações sobre a história das pessoas que desapareceram durante a ditadura militar. Pesquisadores analisam as ossadas localizadas na vala clandestina do cemitério Dom Bosco, em Perus, na zona norte, permitindo a identificação de restos mortais de desaparecidos políticos durante o período entre 1964 e 1988. Todas as etapas do processo estão sendo acompanhadas pelos familiares das vítimas.

A Prefeitura iniciou também, em novembro de 2013, o restauro de livros com o registro das pessoas sepultadas nos cemitérios de Perus e da Vila Formosa na época da ditadura militar. A ação partiu de uma solicitação da Comissão Nacional da Verdade. O trabalho desenvolvido pelo Arquivo Histórico consistiu na identificação dos livros do período solicitado, restauro, digitalização



O material é, por fim, a sua disponibilização. Atualmente, 40 livros já foram identificados e, de acordo com Afonso Luz, diretor do departamento, cerca de 100 publicações devem contemplar o período a ser analisado. Cada livro possui 200 páginas.

FOTOS

Crédito: Fábio Arantes/SECOM

Foto 1 | Foto 2 | Foto 3 | Foto 4 | Foto 5 | Foto 6 | Foto 7



Programa Ruas da Memória e ato de envio de cartas alusivas ao programa
SECOM

Folha nº 12 do proc
Nº 01-428 da 15
Adelina Cione - 15
RF 108.406

1 / 7

Slideshow Parar

**GOVERNO MUNICIPAL****Prefeito**

Fernando Haddad
Equipe de Governo

- Agenda do prefeito

ACONTECE NA CIDADE

- ÚLTIMAS NOTÍCIAS
- Itinerários de ônibus
- Mapa de serviços

SÃO PAULO PARA

- CIDADÃO
- EMPRESA
- TURISTA
- SERVIDOR

ATENDIMENTO

FAÇA SUA SOLICITAÇÃO

PREFEITURA

Secretarias ▼

Subprefeituras ▼

Outros órgãos ▼

CANAIS OFICIAIS

Diário Oficial

CONSULTAS

- Leis Municipais
- Pesquisa de Processos
- Licitações
- Ata de Registro de Preços

APLICATIVOS



Coordenação de Políticas de Direito à Memória e à Verdade

Levantamento de logradouros públicos do município de São Paulo com nomes de pessoas ou datas vinculadas à repressão durante a ditadura militar

Imero	Tipo Logradouro	Nome do Logradouro	Biografia	Zona	Bairro
1	Rua	Alberi Vieira dos Santos	Ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, foi colaborador do Centro de Informações do Exército (CIE). Teve participação na armação de emboscadas e chacinas de resistente, em detenções ilegais, execuções, desaparecimento forçado de pessoas e ocultação de cadáveres. Vítimas e caso relacionados: Massacre do Parque Nacional do Iguaçu, em que foram vítimas de desaparecimento forçado Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia (1974). Segundo Decreto que nomeia a rua, Alberi, foi assassinado em circunstâncias misteriosas em 1979, na região de Foz do Iguaçu.	Norte	Jaçanã
2	Praça	Ministro Alfredo Buzaid	Advogado, professor e jurista, foi Ministro da Justiça de 1969-1974, durante o governo Médici, tendo apoiado o Ato Institucional nº 5, que inaugurou o período mais intenso de repressão, cassação de direitos civis e políticos e violações aos direitos humanos da Ditadura Militar.	Sul	Moema
3	Via Elevada	Presidente Arthur da Costa e Silva	Marechal, atuou no movimento que instaurou o regime ditatorial em 1964, marcado por graves violações aos direitos humanos. Presidente ditador entre 1967-69, promulgou o AI-5 – ato institucional responsável pelo acirramento da repressão, cassação dos direitos civis e políticos e crimes contra a humanidade.	Oeste	Lapa
4	Rua	Alcides Cintra Bueno Filho	Policial e delegado do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS) durante a ditadura militar. Foi responsável pela emissão de documentos oficiais fraudulentos e colaborou no encobrimento de casos de tortura, execução e ocultação de cadáver durante esse período.	Norte	Santana
5	Praça	Augusto Rademaker Grunewald	Almirante, foi Ministro da Aeronáutica, atuou no movimento que instaurou o regime ditatorial em 1964, marcado por graves violações aos direitos humanos. Foi vice-presidente ditador entre 1969-74, o período mais intenso de repressão, censura e cassação de direitos civis e políticos.	Oeste	Itaim Bibi
6	Avenida	Presidente Castelo Branco	Marechal, foi presidente do Brasil de 1946 a 1951. Atuou na repressão a opositores da ditadura Vargas, mas em 1945 participou da deposição desse presidente, candidatando-se e elegendo-se na sequência. Atuou também no movimento que depôs presidente João Goulart, em 1964, com um golpe que instaurou o regime ditatorial marcado por graves violações aos direitos humanos.	Centro	Bom Retiro/Pari/La
7	Rua	Délio Jardim de Matos	Militar brasileiro, Ministro da Aeronáutica entre 1979-1984, foi um dos principais articuladores do movimento que promoveu o golpe de Estado de 1964, que instalou o regime ditatorial, marcado por graves violações aos direitos humanos. No governo Castelo Branco (1964-1967), integrou o gabinete militar da Presidência da República. Exerceu a função de Ministro da Aeronáutica.	Sul	Campo Gran
8	Avenida	General Ênio Pimentel da Silveira	General, foi comandante da 1ª companhia de Polícia do Exército, na Vila Militar do Rio de Janeiro, de maio de 1968 a julho de 1971, período em que ocorreram na unidade os casos de morte sob tortura de Severino Viana Colou e Chael Charles Schreier. Serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I Exército de abril de 1972 a junho de 1974. Teve participação comprovada em casos de tortura, execução e desaparecimento forçado.	Sul	Campo Limp
9	Rua	Senador Filinto Müller	Senador por quatro vezes entre 1947 e 1973, foi Chefe da Polícia Política durante o Estado Novo, instaurado pela ditadura Vargas, tendo participado de operações para capturar lideranças do movimento comunista, incluindo Luís Carlos Prestes e sua companheira, Olga Benário, extraditada e assassinada pelo regime nazista. Foi presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido situacionista do regime militar de 1964.	Leste	São Rafael
10	Avenida	General Golbery Couto e Silva	General, foi um dos ideólogos do movimento que resultou no golpe de Estado de 1964, que instalou o regime ditatorial marcado por graves violações aos direitos humanos. Foi chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) de 1964-67, órgão de inteligência que fundamentou as perseguições políticas, torturas e execuções durante o período militar.	Sul	Grajaú

Juiz e advogado, comandou a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e

			"Esquadrão da Morte", responsável por crimes lesa-humanidade.		
1	Rua	Henning Boilesen	Empresário dinamarquês, proprietário da Empresa Ultragás, foi um dos principais industriais a financiar a Operação Bandeirantes (OBAN), aparato repressivo que vitimou diversos presos políticos durante a ditadura militar. Por vezes visitou o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e dá nome a violentos instrumentos de tortura, a "pianola Boilesen". Em 1971, foi morto por militantes da resistência contra o regime.	Oeste	Butantã
13	Praça	General Humberto de Souza Melo	General do Exército, atuou na Escola Superior de Guerra (ESG) e participou ativamente da ação que culminou no golpe de 1964, que instaurou o regime militar, responsável graves violações aos direitos humanos.	Norte	Vila Maria
14	Rua	Mário Santalucia	Médico-legista do Instituto Médico Legal do estado de São Paulo (IML/SP). Teve participação em caso de emissão de laudo necroscópico fraudulento.	Norte	Tucuruvi
15	Praça	General Milton Tavares de Souza	General, foi chefe do CIE de novembro de 1969 a março de 1974. Dirigiu a Operação Marajoara, na fase final de extermínio da Guerrilha do Araguaia, quando houve o desaparecimento forçado e a ocultação dos cadáveres dos últimos membros das forças guerrilheiras.	Norte	Vila Maria
16	Rua	Octávio Gonçalves Moreira Junior	Delegado de Polícia, serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e posteriormente no Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Teve participação em casos de tortura e ocultação de cadáveres. Foi morto em 1973 por militantes da resistência ao regime.	Oeste	Rio Pequeno
17	Rua	Olímpio Mourão Filho	General, atuou no movimento que instaurou o regime ditatorial em 1964, responsável por graves violações aos direitos humanos. Foi presidente do Superior Tribunal Militar (1967-69) – responsável por uma série de perseguições políticas no período.	Oeste	Rio Pequeno
18	Rua	Sérgio Fleury	Delegado de Polícia, serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS) de São Paulo durante a ditadura militar e no Departamento de Investigações sobre o Crime (DEIC). Teve participação comprovada em casos de tortura, execução e outras graves violações aos Direitos Humanos, tendo coordenado diversas operações de perseguição a opositores do regime. Foi acusado pelo Ministério Público em processos por liderar o "Esquadrão da Morte" – grupo de extermínio.	Oeste	Vila Leopoldi
19	Rua	Trinta e Um de Março	Reivindicada pelos apoiadores do Golpe de 1964 como o dia da deposição do Presidente João Goulart, instaurou o regime ditatorial que perdurou no país por 21 anos, responsável por perseguições, torturas, execuções e outras violações aos direitos humanos.	Oeste	Morumbi
20	Viaduto	Trinta e Um de Março	Reivindicada pelos apoiadores do Golpe de 1964 como o dia da deposição do Presidente João Goulart, instaurou o regime ditatorial que perdurou no país por 21 anos, responsável por perseguições, torturas, execuções e outras violações aos direitos humanos.	Centro	Liberdade
21	Viaduto	Governador Abreu Sodré	Governador do estado de São Paulo de 1967-71, rebatizou a Força Pública como Polícia Militar, que passou a receber instruções do Exército, Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e outras instituições com registros de torturas, execuções e outras violações aos Direitos Humanos durante a ditadura militar.	Leste	Mooca
22	Rua	Governador Roberto Costa Abreu Sodré	Governador do estado de São Paulo de 1967-71, rebatizou a Força Pública como Polícia Militar, que passou a receber instruções do Exército, Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e outras instituições com registros de torturas, execuções e outras violações aos Direitos Humanos durante a ditadura militar.	Oeste	Morumbi



Papel para informação, rubricado como folha nº 15

do processo nº 01 – PL 430 de 2015..

28 8 15

(a)

Adeleina Ciccone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

ÀS COMISSÕES DE: 27 AGO 2015

PRESIDENTE

À Procuradoria – Setor de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras

Efetuada a autuação, encaminho os presentes autos para prosseguimento.

/ /

Jader Augusto Pimenta
Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo - SGP.22

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documentos juntado(s) sob nº
— 16 — Informação
sob nº — 31.815 —
Ass: 

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

DEFERIDO

27 AGO 2015

PRESIDENTE



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 16 do proc
Nº 02.430 de 15

Adelina Cicco - Ass. Parlamentar
RF 100.406

REQUERIMENTO

RDS

1270/2015

Senhor Presidente,

Juliana Cardoso, Brasileira, Casada, Vereadora do Partido dos Trabalhadores, vem, respeitosamente, à presença de V. Sa., requer a retirada da proposição PL 430 de 2015, que dispõe sobre Homenagem, nos termos do art. 274, III, Letra A do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo em destaque:

Art. 274 - A retirada de proposição dar-se-á:

III - quando não tenha ainda baixado a Plenário:

a) por solicitação do autor, deferida de plano pelo Presidente, se a proposição tiver sido inquinada de ilegal ou inconstitucional, ou se a matéria não tiver recebido nenhum parecer favorável de Comissão de mérito;

Pede Deferimento.

São Paulo, 27 de agosto de 2015.

Ver^a. Juliana Cardoso

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

28 AGO 2015

SGP. 42

CMSP - SEP. 22 - 27/08/2015 - 16:16 - 009069 - 2/2

00188330

A SGP - 22

31/09/2015

Idner Augusto Pimenta

Supervisor - SGP. 22

REE. 10.860

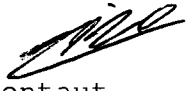
Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº.....e folha de informação
sob nº 17..... 03.10.2015

CIRO SOL PAVAN MONTAUT
Técnico Administrativo
RF: 11.329



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha n° 17
do processo **01-430** de **2015** 03/09/2015


Ciro Sol Pavan Montaut
RF 11329

**SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL**

Proc. encerrado com 17 fls.
Arquivado em **03/09/2015**
O Funcionário


Ciro Sol Pavan Montaut
RF 11329